

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **BETIM**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Betim, 10/6/2010

I - Apresentação

Em 10/6/2010, realizou-se, no Centro Administrativo do Município de Betim, a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por finalidade discutir questões relativas à segurança pública no Município de Betim e região.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso, Pinduca Ferreira e Ivair Nogueira, compuseram a Mesa: Maria do Carmo Lara, Prefeita de Betim; Carlos Roberto de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Betim; Delegado Expedito Gomes da Silva, Chefe Adjunto do 2º Departamento da Polícia Civil, representando o Chefe de Polícia Civil; Ten.-Cel. Ronan Gouveia, Comandante do 33º Batalhão da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Maj. Carlos Alberto Marques de Oliveira, Subcomandante do 2º Batalhão de Bombeiros Militares, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros; Robson Lucas, Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Social, representando o Secretário de Defesa Social; Anthero Drummond, Diretor Regional de Saúde, representando o Secretário de Saúde; Inspetor Helênio Romualdo Almeida, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Ricardo de Araújo Teixeira, Defensor Público no Município de Betim; Waldir Gonçalves Leão, Presidente do Consep Centro, de Betim; e Eva Rosângela, Presidente do Consep 10.

II - Desenvolvimento da reunião

II.1) Exposições e discussão

O Deputado João Leite abriu a reunião informando o intuito de se discutir a questão da segurança pública no Município de Betim e região. Em seguida, relacionou o extenso rol de participantes da sociedade civil presentes e disse que a reunião de Betim fechava o ciclo de audiências realizadas pela Comissão de Segurança Pública nas sedes das 18 Regiões Integradas de Segurança Pública – Risps – e no Município de Manhuaçu. Acrescentou que, entre as muitas conclusões que estão sendo retiradas dessas reuniões, está a constatação de que há significativo tráfico de drogas no Estado e de que as polícias têm agido fortemente, prendendo muitos traficantes. Mas, como há grande demanda por drogas ilícitas, se um traficante é preso, novos

traficantes assumem a função, ou seja, como são muitos os usuários e dependentes de drogas no Estado, o tráfico de drogas se renova mesmo com a forte repressão.

A Prefeita de Betim chamou a atenção para dados divulgados pela Fundação João Pinheiro e pela Polícia Militar, que indicam redução dos índices de criminalidade no Município, resultado das ações conjuntas entre as forças policiais, a Guarda Municipal e os governos estadual e federal.

A Prefeita mencionou também as ações do Município, voltadas para a prevenção social da criminalidade. Disse que das 68 escolas municipais de Betim, 23 funcionam em tempo integral, no âmbito do programa Escola da Gente, em que os alunos chegam às 7 horas e saem às 17 horas. O foco do programa são as escolas cujos alunos têm mais dificuldade na aprendizagem e as que registram mais problemas de violência. A Prefeitura pretende expandir o programa até o final do ano, atingindo 30 escolas.

O Presidente da Câmara Municipal de Betim alertou sobre o problema das drogas nas escolas e apontou, como possível solução, a implantação de uma polícia escolar, de modo a evitar a atuação do tráfico nas escolas.

O Delegado Expedito Gomes da Silva disse que, de fato, os índices de criminalidade em Betim recuaram, mas ainda são altos. Salientou que a polícia se tem esforçado no combate ao tráfico de drogas, mas reconheceu, como já havia dito o Deputado João Leite, que a prisão de traficantes faz com que novos criminosos sejam recrutados pelo tráfico. Em sua fala, o Delegado admitiu que são necessários mais investimentos em segurança no Município e que muitas despesas da Polícia Civil são custeadas pela Prefeitura.

O Ten.-Cel. Ronan Gouveia disse que, desde 2008, Betim tem registrado redução nos índices de criminalidade, algo em torno de 15%. No caso dos homicídios, a redução é de aproximadamente 20%.

O Maj. Carlos Alberto Marques de Oliveira salientou que os bombeiros têm dado sua parcela de contribuição na questão da segurança, com campanhas educativas para a prevenção de situações de risco em lagoas – locais muito frequentados por usuários de drogas – e rodovias, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal.

O Inspetor Helênio Romualdo Almeida se prontificou a estreitar os laços da Polícia Rodoviária Federal com a Prefeitura, objetivando novas parcerias.

Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Esportes e da Juventude, salientou a consolidação do “crack” como a droga mais representativa do cenário urbano brasileiro, cujo símbolo são as inúmeras “cracolândias” existentes no País. Sobre o problema, acrescentou que a Lei nº 11.343, de 2006, definiu o uso de drogas como problema de saúde, que deve ser tratado com o acolhimento. Disse também que a Polícia Militar tem o maior programa de prevenção do Brasil, o Proerd, que já atendeu aproximadamente um milhão de crianças.

Robson Lucas sintetizou a forma de atuação da Secretaria de Defesa Social em dois focos principais. Do ponto de vista interno, destacou a atuação de duas Subsecretarias, a de Administração Prisional e a de Medidas Socioeducativas. Segundo ele, a Subsecretaria de Administração Prisional tem ampliado o número de vagas do sistema carcerário e humanizado o tratamento dado aos presos. Com esse trabalho, a Subsecretaria de Administração Prisional, na medida em que assume a gestão das cadeias públicas, tem liberado o efetivo já escasso da Polícia Civil para que se dedique integralmente ao exercício das funções policiais. Já a Subsecretaria de Medidas Socioeducativas tem procurado construir novos centros socioeducativos para o acautelamento de jovens em conflito com a lei. No caso de Betim, há uma orientação para que se providencie, o mais rapidamente possível, a construção de um centro socioeducativo no Município.

Do ponto de vista da segurança pública como um todo, o outro foco para a atuação da Secretaria de Defesa Social é a coordenação da atuação integrada das forças de segurança. Segundo Robson Lucas, a lógica da integração não se restringe às forças de segurança, exigindo também a participação de outros Poderes, como o Judiciário, e das Prefeituras.

Waldir Gonçalves Leão sugeriu que cada Consep seja vinculado a uma única Companhia da Polícia Militar, de modo a aperfeiçoar o relacionamento dos conselhos com a polícia.

Anthero Drummond Júnior disse que o debate sobre o problema das drogas deve contemplar o uso do álcool. Uma em cada sete famílias brasileiras tem entre seus membros pelo menos um viciado em álcool. Ademais, há a questão do “crack”, que subverteu todas as formas de prevenção e tratamento até então existentes. Esse entorpecente mudou conceitos, a forma de abordagem da questão das drogas. Estima-se que existem hoje cerca de 600 mil usuários de “crack” no Brasil.

O Diretor citou a política federal para o problema, que pretende adotar como base de ação os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – Caps-ad –, com recursos da ordem de R\$410.000.000,00 para o enfrentamento do “crack”, e alertou para a deficiência no tratamento de dependentes químicos em Minas Gerais. Segundo ele, o Estado tem 19 Caps-ad, quando, na sua avaliação, deveria ter 91.

Anthero Drummond disse ainda que um modelo de tratamento baseado exclusivamente nos Caps-ad não é suficiente. Para ele, é preciso envolver as comunidades terapêuticas, as moradias assistidas, os hospitais psiquiátricos e os hospitais gerais. “É preciso que os PSFs [servidores do Programa Saúde da Família] tenham a forma de fazer os primeiros encaminhamentos. Não adianta abordar o paciente, se não tenho para onde mandá-lo. Capacito uma porção de médicos, enfermeiros e agentes comunitários para fazer a abordagem, mas vamos mandar essas pessoas para onde? Nossa rede tem de contemplar todas essas entidades mencionadas e aproveitar as experiências de grupos como os Alcoólatras Anônimos, os Narcóticos Anônimos, o Amor Exigente. Todas essas entidades devem estar presentes. O

enfrentamento é de todos.”.

O Deputado Ivair Nogueira, que menos de uma semana antes da reunião teve sua residência invadida e roubada por assaltantes fortemente armados, mencionou a sensação de insegurança, apesar de as estatísticas revelarem redução da criminalidade no Município. Ponderou ainda que o fenômeno da insegurança abrange a Região Metropolitana de Belo Horizonte como um todo e sugeriu que se elabore um plano de segurança pública para a RMBH. Por fim, o Deputado defendeu o armamento da Guarda Municipal, para que ela auxilie as Polícias Civil e Militar, e comentou os problemas do Poder Judiciário local, que, segundo ele, apresenta carências de pessoal e infraestrutura insuficiente, tendo em vista o porte do Município de Betim.

O Deputado Pinduca Ferreira defendeu a construção de um centro de internação para menores no Município, ilustrando, com diversos exemplos, a falta de vagas adequadas no sistema socioeducativo para acautelamento de adolescentes autores de ato infracional.

O Defensor Público Ricardo de Araújo Teixeira mencionou as dificuldades de pessoal e estrutura da Defensoria para a promoção da assistência jurídica no Município. Quanto ao problema das drogas, disse que a criminalidade tem forte relação com a dependência química, sobretudo do “crack”. Em função disso, sugeriu a formulação de uma política pública de controle do uso das drogas combinando as vertentes policial e preventiva, com a criação de centros de acolhimento e tratamento de dependentes químicos, tendo por objetivo a redução dos índices de criminalidade e dos problemas de segurança pública. Assim como o Deputado Pinduca Ferreira, o Defensor Público salientou a urgência de se construir um centro de internação para adolescentes em conflito com a lei no Município.

O Deputado Rômulo Veneroso defendeu a instalação de uma Delegacia Especializada de Tóxicos e Entorpecentes em Betim, bem como a criação de um fórum permanente para discutir a segurança na região.

Gilberto Marques Sá, da Subseção da OAB em Betim, mencionou a necessidade urgente de se construir um centro de internação para adolescentes no Município, e salientou que, dada a precariedade da situação atual do acautelamento de menores na cidade, a OAB está estudando a possibilidade de denunciar o Estado na Organização das Nações Unidas. O advogado criticou também o que chamou de “sucateamento” da Polícia Civil no Município.

O Vereador Amarildo, de São Joaquim de Bicas, apresentou-se como representante de uma comissão de Vereadores da região que fazem parte do Movimento Presídios, cujas reivindicações incluem melhorias nas unidades prisionais existentes nos Municípios, proibição de que sejam instaladas novas unidades na região, repasse do ICMS social ao Município que possui unidade prisional, e implantação de políticas de assistência social no entorno das unidades prisionais já instaladas.

A Deputada Maria Tereza Lara manifestou apoio ao movimento, salientando que, embora seja irresponsabilidade reivindicar o fim das cadeias e penitenciárias, ela entende que alguns

poucos Municípios – como São Joaquim de Bicas, por exemplo – não podem ficar sobrecarregados pela função de abrigar unidades prisionais.

Aécio Pinto Rodrigues, Presidente do Consep de São Joaquim de Bicas, que também faz parte do Movimento Presídios, disse tratar-se de um movimento permanente, que abrange vários objetivos, desde uma melhor estruturação dos presídios até a ressocialização dos presos. Fazem parte desse movimento associações de bairro, pastorais e Igrejas. O Movimento Presídios tem ações a curto, médio e longo prazos. Uma das ações a curto prazo é justamente não permitir a ampliação do complexo prisional em São Joaquim de Bicas, já que nenhum Município tem estrutura suficiente para acolher um complexo prisional sem sofrer consequências nas áreas de saúde, educação e segurança.

Aécio Rodrigues lembrou que desde a construção dos presídios no Município vem ocorrendo migração de familiares de presos para a cidade, para permanecerem perto dos detentos e como forma de reduzir custos. Essa realidade resulta em novas demandas de políticas públicas junto ao poder local. Disse, ainda, que Municípios como Igarapé têm interesse no Movimento Presídios, em função da proximidade e do caráter metropolitano do problema, fazendo com que também sofram as pressões decorrentes da questão prisional.

II.2) Encaminhamentos aprovados:

a) para que se encaminhe ao Tribunal de Justiça pedido de providências para a implantação de novas Varas Criminais e Varas Especializadas para atender a criança e o adolescente no Município de Betim;

b) para que se encaminhe ao Chefe de Polícia Civil pedido de providências para o aumento do efetivo de Agentes de Polícia e Delegados que atuam na Comarca de Betim, bem como para a implantação de uma Delegacia Seccional no Município de Igarapé, além de uma Delegacia com funcionamento 24 horas no Bairro Jardim Teresópolis e uma Delegacia Especializada de Orientação e Proteção da Criança e do Adolescente, com atendimento jurídico, assistencial e psicológico, no Município de Betim;

c) para que se encaminhe ao Ministério da Justiça pedido de providências para a recomposição do efetivo da Polícia Rodoviária Federal no Estado, especialmente no Posto 3 da BR-381, no Município de Betim;

d) para que se encaminhe ao Defensor Público-Geral pedido de providências para o aumento do número de Defensores Públicos na Comarca de Betim;

e) para que se encaminhe à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a construção de um Centro Socioeducativo no Município de Betim;

f) para que se encaminhe à Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de providências para a implantação de um posto avançado da Polícia Federal no Município de

Betim;

g) para que seja realizada visita ao Prefeito de Belo Horizonte, com o objetivo de discutir as ações da Prefeitura no tratamento de dependentes químicos;

h) para que se encaminhe ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para o atendimento das demandas apresentadas a esta Comissão pelas Câmaras Municipais de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas: a não implantação de mais unidades prisionais na região; a necessidade de implementação de políticas públicas de assistência social no entorno das unidades prisionais; o respeito à capacidade máxima das unidades prisionais da região e a transformação do entorno das unidades em distrito industrial.

III - Principais pontos abordados:

a) a região de Betim apresenta elevado índice de criminalidade quando comparada ao restante do Estado, mas indicadores recentes apontaram a redução da criminalidade regional;

b) há problemas de falta de estrutura e pessoal nos órgãos do sistema de defesa social que atuam na região, especialmente na Polícia Civil e na Defensoria Pública; o mesmo ocorre com o Poder Judiciário local, que também apresenta déficit de estrutura e pessoal;

c) as periferias do Município de Betim concentram as principais ocorrências criminais, mas ainda há sensação de insegurança no Município;

d) o aumento da segurança nas escolas e a ampliação de programas de educação integral foram propostas apresentadas para a prevenção social da criminalidade;

e) o consumo de drogas na região, principalmente de “crack”, está em crescimento, mas não há estrutura adequada para o tratamento dos dependentes químicos;

f) o enfrentamento do problema das drogas exige não apenas a ampliação de unidades Caps-ad, como também o envolvimento da sociedade civil, por meio das comunidades terapêuticas;

g) há necessidade urgente de se construir um centro de internação para adolescentes em conflito com a lei no Município de Betim;

h) o Movimento Presídios rejeita a construção de novos presídios na região e pede mais apoio estadual e federal para a implementação de políticas sociais de atendimento aos presos e seus familiares.